

Aprovado em
votação com um
abstensão de PS
29/6/05
V. J.

ACTA 2/2005

-- Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Segunda Sessão Ordinária do ano de dois mil e cinco, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Mafra – designação de elemento; 3) Manual de boas práticas florestais para o concelho de Mafra; 4) Documentos de prestação de contas do ano de 2003; 5) Prestação de Contas do ano económico. -----

-- Passavam quinze minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por iniciada a sessão, referindo-se às substituições dos Senhor Luís Paulo Tenente e José Eduardo Nogueira Simões, pelos Senhores Fernando Jacinto e Ivone Marques. -----

-- O Secretário da Mesa, Senhor Luís Alves, fez a respectiva chamada. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período antes da Ordem do Dia e pediu o fornecimento, pelos senhores membros da Assembleia, de mais elementos para a realização da acta de Setembro de 2004. Colocou à apreciação a acta 1/2005 sobre a qual ninguém quis intervir. A acta foi aprovada por maioria com três abstenções dos Senhores Fernando Jacinto, Ivone Marques e José Azevedo Rua. Passou a palavra à Assembleia para as intervenções no período antes da Ordem do Dia. -----

-- O Senhor Sarmento Leitão referiu que "o que me leva a vir aqui é relacionado com o asfaltamento do acesso ao Casal Calado, que já foi feito, mas hoje apareceram-me na Junta três pessoas a fazerem-me uma pergunta e eu não lhes soube responder. Na estrada que vai mesmo ter à Central Eléctrica, do lado direito há uns prédios novos que têm um quintal grande e murado, e o quintal foi todo asfaltado. Perguntaram-me se eu sabia porquê e eu não soube responder. Esta era uma pergunta. Outra também, relaciona-se com o caminho que parte do Casal do Pombal à Carapinheira, também um grupo de pessoas se dirigiram a algumas pessoas da Junta, dizendo que esse caminho paralelo à estrada para a Carapinheira foi asfaltado, levando na entrada e na saída um cadeado. Perguntaram-me porque foram colocados dois portões, disse que também não sabia. Perguntei-lhes se eles sabiam se aquilo era um caminho público, se era particular, eles disseram que era um caminho público. Se assim é, pergunta-se porque é que se pôs portões e cadeados? Se não é um caminho público, se é particular, pergunta-se porque é que a Câmara asfaltou esse mesmo caminho? Estou a fazer a pergunta para poder, posteriormente, responder às pessoas que me fizeram essas mesmas perguntas. Outra ainda, embora eu já tenha visto nesta documentação que recebemos, que é também um loteamento em Montesouros, mais conhecido por Penedo da Cadela, e eu em tempo útil, em dois mil e dois, alertei, por escrito, a Câmara para a situação. Recebemos a resposta a esse mesmo ofício, mas que não serviu de nada nós termos alertado. É um loteamento em que não foi imposto ao senhor a cedência de algum terreno para o alargamento do caminho, está agora a fazer um muro que me parece que a Câmara já o mandou parar e está a analisar isso. O muro deixou só um caminho com dois metros e noventa e cinco, há prédios em construção do outro lado, as pessoas têm lá as máquinas e não saem, só se lá forem uns helicópteros tirá-las. Portanto, eram estas três perguntas. Aproveitava para fazer um convite a todos os membros desta Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara mandou fazer um mapa com o perímetro urbano da vila e este é muito grande, reparem que vai ter à rotunda na Paz, apanha o Casal do Outeiro e os Gorginhos, apanha Longo da Vila até à Senhora do Arquitecto, apanha também os Pedrogãos e a Ribeira Muchalforro, Almada e a Quinta Nova, é um perímetro enorme. Comecei a analisar isto e, digo eu, pode ser uma vila com um perímetro destes? Não se deveria propor à Assembleia da República que Mafra passasse a cidade? Se juntássemos todos os partidos desta Assembleia e fizéssemos uma proposta para que Mafra fosse cidade?

Com um perímetro desta grandeza, Mafra tem condições para ser uma cidade. Não estou aqui a dizer que esta proposta vai ser feita pelo PS, convidaria era todos os elementos dos partidos a fazerem uma análise cuidada, inclusivamente com a Câmara também." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu "de facto o perímetro urbano é muito grande, mas ainda há muitas falhas pelo meio. Em termos de infra-estruturas ainda não temos o necessário para dar esse passo em frente. Eu pessoalmente, e não em nome do PSD, prefiro ter uma boa vila e dizer que tenho uma das melhores vilas do país, a dizer que tenho uma das piores ou das mais pequenas cidades do país, em termos não só de perímetro urbano, mas em termos populacionais e em termos de serviços. Relativamente ao que me traz aqui, gostaria de sugerir ao Executivo se é possível colocar guias sonoras na CRIMA, ou seja, aqueles pequenos avisadores de limite de via postos nas laterais, porque, por vezes, quer condutores com alguma sonolência, quer com dificuldades de visibilidade, aquelas guias sonoras servem de referência. Quer o ruído, quer a trepidação que aquilo provoca, de facto despertam um bocado as pessoas. Uma vez que se está a fazer um novo troço da CRIMA, penso que seria interessante em toda ela, desde o Juncal à Paz, colocar estas guias sonoras de forma a evitar alguns acidentes. Eu tenho conhecimento que alguns deles foram mesmo provocados por sonolência de manhã, nomeadamente no troço da Carapinheira para Mafra, alguns condutores diziam que tinham adormecido. Não será só por isso, e se calhar se os limites de velocidade fossem cumpridos isso não aconteceria, mas é uma situação que penso que não custará muito e é uma questão de segurança. Depois, já tivemos oportunidade de falar aqui nesta Assembleia sobre provas de todo-o-terreno, nomeadamente através de uma moção que foi apresentada aquando da conquista do título nacional pelo nosso conterrâneo Carlos Silva. Agora o que está na ordem do dia, em termos de Comunicação Social, são duas importantes no panorama mundial, uma delas prende-se com o Rally Transibérico que vai decorrer no próximo dia seis, com prólogo em Mafra. A importância deste Rally é tanta que é a prova com que a Europa se vai candidatar ao Mundial de Rallys Todo-o-terreno em dois mil e seis. Portanto, é a primeira vez que se realiza esta prova nestes moldes, a organização de José Megre que costuma fazer a Vodafone/1000 vai cair em simultâneo nos primeiros dias, mas desta dimensão, de facto, o Transibérico é um marco não só a nível nacional, como europeu. A FIA, que é quem superintende o desporto automóvel a nível mundial, só vai aceitar uma Baja na Europa e essa Baja tudo indica que será a Transibérica com início em Mafra e daí felicitar não só a Câmara por ter conseguido captar a organização desta prova importante, mas também felicitar a organização de José Megre pelo dinamismo que tem incutido ao desporto automóvel nacional e à projecção que transmite do país lá para fora. Para além desta questão, que eu acho que é uma aposta ganha em termos de turismo, permite-nos a nós, Câmara, jogar com o tal binómio campo e praia, sendo que no campo passamos a ter o Transibérico em provas de Todo-o-terreno e na praia o Mundial de Surf. São dois eventos à escala mundial que, por certo, honrarão a imagem do Concelho lá fora. Mas, o Transibérico é uma realidade e a pergunta que eu deixo é o que é que se passa com o Dakar? Uma prova mítica, para quem gosta do desporto automóvel é a maior prova do desporto todo-o-terreno no mundo, tem uma cobertura mediática assustadora, posso-vos dizer que de dados que recolhi do Dakar de dois mil e quatro, eram sessenta e duas estações de televisão em permanência a transmitir o Dakar, mais de quinhentas horas de programa nas televisões mundiais para cento e setenta países. É de facto muito importante em termos de prova, em termos de promoção, gostaria de saber se a notícia que saiu no Expresso foi extemporânea ou existe algo de concreto? Por último, gostaria de submeter a esta Assembleia um voto de pesar." Passou a ler um voto de pesar pelo falecimento de António Marques que se anexa a esta acta com a designação de **ANEXO UM**. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "deu também aqui entrada nesta Assembleia um voto de saudação pelo vinte e cinco de Abril, que se anexa a esta acta com a designação de **ANEXO DOIS**, apresentado pelos

deputados Ismael Gonçalves e por José Botelho." -----

-- De seguida o Senhor José Botelho referiu que "gostaria de fazer duas ou três perguntas. Ainda antes, a propósito do documento que o PPD/PSD apresentou à mesa queria aproveitar para dizer que eu conheci o António José Marques muito antes dele ser autarca, já nessa altura eu estava habituado a ver nele uma pessoa íntegra e que merece a minha melhor consideração. De igual forma, conheci também a sua viúva, tratam-se de pessoas por quem tenho realmente consideração e estima, daí que seja com toda a naturalidade que me associo aos votos expressos neste documento, o que faço aqui, mais uma vez, em nome do grupo parlamentar do PS e conforme também já tive oportunidade de o fazer por altura do seu funeral. Passaria agora às perguntas que queria apresentar à Câmara. A primeira prende-se com a inauguração da auto-estrada Malveira-Mafra para cinco de Maio, tenho tido alguns comentários de pessoas que se têm acercado de mim dando-me a entender que têm alguma informação, não sei se é verdadeira se não, no sentido de que a inauguração não contará com a presença de ninguém representativo do poder central e não terá havido convites nesse sentido. Começo por afirmar que não tenho qualquer informação que me faça sustentar esta afirmação, mas tive alguns ecos que apontam nesse sentido. Gostava de perguntar à Câmara se esta indicação tem de facto alguma razão de ser e, em caso de se confirmar, que justificação haverá para isso? De certo que se trata de uma obra que teve o seu caminho na sequência de contactos bilaterais com o poder central e o poder local, que tem uma intervenção decisiva por um instituto que é tutelado pelo Estado, pelas Estradas de Portugal, e, portanto, a meu ver, se houver aqui algum fundo de verdade é uma coisa muito estranha. A segunda pergunta é para a Câmara também no sentido de saber se conhece que no Largo Figueiredo Cardoso, na Ericeira, em frente ao prédio que tem o número dois de porta, tem conhecimento que existe lá uma pintura na calçada e que foram lá colocados oito vasos, traduzindo-se essa atitude numa ocupação de via pública que me parece desadequada naquele local, como também a pintura da calçada em frente a uma casa. Não discutindo o aspecto estético da situação que a mim pessoalmente não me agrada, mas gostos não se discutem, pergunto se a Câmara conhece isto e se pode dar alguma justificação para tal facto. Também na Ericeira, na Rua Eduardo Burnay e no chamado Jogo da Bola, algumas esplanadas nitidamente ocupam espaço que eu considero exagerado, em prejuízo dos peões, parecendo-me que há alguma anarquia e algum exagero nessa ocupação e pergunto se a Câmara está ciente desta situação e se pensa intervir, ou não, no sentido de introduzir ali alguma razoabilidade na utilização da via pública? Por último, e ainda em referência ao caminho que o Senhor Sarmento aqui falou que liga o Miradouro à Carapinheira e à Igreja Nova, queria apenas aditar um aspecto àqueles que foram aqui mencionados. Segundo sei, houve um abaixo-assinado em que pessoas oriundas da freguesia da Igreja Nova apresentaram a sua reclamação pelo facto da Câmara ter enveredado pelo encerramento daquela via. Gostaria de saber se a Câmara confirma a existência deste documento e que apreciação é que faz deste?" -----

-- A Senhora Paula Machado leu a moção que se anexa a esta acta com a designação de **ANEXO TRÊS**. -----

-- O Senhor Américo Peralta referiu que "como sabem, há algum tempo, esta Assembleia elegeu-me como representante municipal para o licenciamento das áreas comerciais e, portanto, venho aqui fazer-vos uma breve síntese do que se tem passado. Essa eleição teve origem na lei doze de dois mil e quatro, que era a lei que criava o regime de autorização para a instalação e modificação para as áreas comerciais. Em síntese, os proponentes apresentam o projecto na Direcção Geral de Economia, esse projecto vai acompanhado de um estudo económico onde se procura aferir da validade, ou não, do projecto. A estrutura comercial na área de influência, tem a ver também com a criação e a qualidade dos postos de trabalho, tem a ver também com o relacionamento com os fornecedores da região, cria-se aqui um interesse para que se crie este binómio de interesses, além da localização. As partes que funcionam na aprovação destes projectos são a Câmara, a

Asssembleia, o representante dos comerciantes, neste caso a ACISM, o representante dos consumidores, a DECO, e a Direcção Geral de Economia. Têm surgido projectos quer para a zona da Malveira, quer para a zona da Ericeira, existe um aprovado para a zona da Malveira e, portanto, na votação de todos eles tem funcionado a unanimidade quer nesse que foi aprovado, quer em alguns que foram rejeitados por a localização coincidir com a área da auto-estrada e, portanto, não foi possível." -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "como representante desta Assembleia na Comissão Municipal de Educação, gostaria de informar que a mesma tem decorrido com regularidade, dentro da lei e foi presente ontem, para recolha de alguma informação e melhoria, um documento importantíssimo que é a Carta Educativa do Concelho de Mafra, é um documento com mais de duzentas páginas que, de uma forma exaustiva, faz o levantamento de toda a problemática escolar e, seguramente, depois de aprovado pela Câmara, virá aqui a esta Assembleia. Já que os senhores membros que fazem parte de Comissões vêm apresentando alguma informação do trabalho desenvolvido fora desta Assembleia, também é útil que o faça, pese embora também esteja presente nesta Assembleia o Presidente da Junta de Freguesia da Venda do Pinheiro que é o representante das Juntas." -----

-- O Senhor Luís Ribeiro Alves leu um documento sobre a Comissão Municipal de Saúde que se anexa a esta acta com a designação de **ANEXO QUATRO**. -----

-- O Senhor António Branco dirigiu-se aos membros para um "pedido de esclarecimento no que diz respeito à intervenção municipal na luta contra a floresta. Há dois instrumentos estruturantes que são importantes e que vieram a esta Assembleia, um será discutido mais adiante, tem a ver com o Manual de Boas Práticas, o outro foi o Plano Orientador de Prevenção Florestal. Nós congratulámo-nos na altura com a apresentação desses documentos e do diagnóstico que era feito. A pergunta que eu faria a quem pudesse responder é que face à situação climática que se verifica este ano, de seca absoluta entre Outubro e Março de dois mil e cinco, que acções foram postas no terreno, de modo a evitar os problemas que são previsíveis para o próximo Verão? Que intervenções foram feitas em aspectos diagnosticados no Plano Orientador que tinham a ver com a limpeza dos caminhos florestais, com a limpeza junto às linhas de água, com a redução da carga de combustível nos povoamentos e com a degradação de algumas infra-estruturas florestais? Parece-me importante sabermos com o que poderemos contar no próximo Verão. Sinto a necessidade de intervir face à intervenção do Senhor Luís Alves, relativamente à moção que apresenta à Assembleia que nós estaremos na disposição de apoiar, mas eu gostaria de chamar a atenção que há quatro anos nas primeiras intervenções que foram feitas nesta Assembleia, quando abordámos o Plano Plurianual de Investimento, foi referido que os Centros de Saúde de Mafra e da Malveira se justificava uma intervenção muito forte da parte do Executivo, no sentido de fazer intervenções junto do Governo, de modo a antecipar a resolução do problema. Quatro anos depois, toda a gente vem fazer intervenções que eram claras há quatro anos, se calhar já seriam claras há muito mais tempo e estamos todos empenhados em resolver este problema, mas eu chamava a atenção que na devida altura algumas pessoas assobiaram e não o deveriam ter feito. No caso concreto do Centro de Saúde da Malveira, que eu conheço bem, a intervenção é mais do que justificada, mas há muitos anos." -----

-- O Senhor Nuno Raposo colocou as perguntas que se anexam a esta acta com a designação de **ANEXO CINCO**. -----

-- Respondendo às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra referiu "quanto ao caminho alcatroado entre Miradouro e Carapinheira, desconheço esse abaixo-assinado, possivelmente essas pessoas nunca passaram por lá, o caminho a que as pessoas se referem é o caminho entre Mafra e a Igreja Nova, é o caminho que desce a Vale da Ereira e depois sobe e vai ter àquela curva na Carapinheira onde tem uma serração de madeiras, esse é que era o caminho de acesso de e para a Igreja Nova, o que existia ali de facto eram dois

atravessamentos cortados por uma linha de água que vinha da Tapada e que serviam exclusivamente as propriedades. Aquela banquetta surgiu com o aperfeiçoamento com o perfil aparente de caminho, porque o declive de sustentação da estrada da variante sul era de tal forma inclinada que tinha que a meio levar uma banquetta intermédia, digamos assim, para ajudar a sustentar o talude e o aterro que entretanto foi feito. Criou-se uma valeta de crista, drenaram-se as águas e aquilo era uma terra batida. Em dois anos que passaram, mesmo com as poucas chuvas, a degradação do pavimento era de tal ordem que podia pôr em perigo a própria estabilidade do talude. Optou-se por cristalizar aquele talude e gastou-se quatrocentos contos, ou cimentava-se aquilo ou drenava-se de uma outra maneira, o objectivo era agarrar aqueles inertes que andavam por ali soltos. As pessoas viram o alcatrão, mais do que isso gastaríamos nós noutros materiais para repor a estabilidade daquele talude transformado num aparente caminho. Acontece também que começaram a passar por lá bicicletas a motor, de pedal e, possivelmente, carros. À chegada ao Miradouro houve um acidente gravíssimo com dois monitores da Escola Secundária de Mafra porque aquilo não é uma via para circularem veículos automóveis. O acesso pedonal está garantido. Quem tem as chaves dos cadeados são os proprietários das parcelas para passarem com os tractores, isto foi uma medida de prevenção para acidentes graves que se poderiam lá passar. É evidente que as pessoas vêm da Carapinheira, está alcatroada, toca a vir por aqui. A própria entrega daquele ramal junto da variante sul, não é a mais conducente com o que quer que seja e, portanto, aquilo serve o chamado Casal do Saloio e mais os outros parceiros. Como houve aquele acidente eu mandei fechar aquilo imediatamente. Foi simplesmente pavimentado para não andarmos sempre a gastar dinheiro na manutenção e conservação daquela banquetta de estabilização. Não sei o que se passa nos Montesouros, mas se a Câmara mandou suspender é porque já está. As guias sonoras vão ser postas. Essa situação no Casal Calado, alcatroamento de um largo, não sei o que se passa também, possivelmente foi pago pelo proprietário, não faço a mínima ideia. Vou saber e depois direi. Depois dessa situação do Dakar, para já não há nada de concreto, aquilo é uma notícia de sensacionalismo jornalístico, não temos nada a ver com ela, absolutamente nada. Os homens da organização, franceses, vieram a Mafra, queriam que o prólogo fosse feito cá, para que nós não assistíssemos só à turbulência da chegada, mas que eles tivessem um dia com uma prova qualquer cá dentro. Vieram visitar vários concelhos, entre eles o nosso, viram o Palácio, ficaram encantados, foram visitar a Tapada e ficaram mais encantados ainda. Porquê? Porque a Tapada tem um conjunto de percursos que permite, em circuito fechado, fazer a tal prova. É evidente que era de bom grado que eu gostaria que isso fosse cá, desde logo houve um contacto com os Comandantes da Escola Prática de Infantaria e do CMEFD que se mostraram algo cépticos em relação à execução daquilo. Já foi feita outra reunião com os senhores Comandantes, por iniciativa nossa, a ver se da parte deles havia algum veto à hipótese, não senhor. É evidente que é a organização que tem que suportar os encargos e tem que fazer os contactos até a nível de Governo, com certeza que sim, porque isto é uma prova que ultrapassa em muito a área metropolitana, é de interesse nacional que assim seja. Claro que foi muito agradável vermos aquilo, não era isso nada que tínhamos informação, mas quando cheguei ali... No entanto, isso foi falado, está a ser perspectivado, aliás a Doutora Margarida Montenegro foi contactada para ver da hipótese da apresentação oficial da prova ser feita na biblioteca, penso que por ela tudo bem, faria os contactos com o IPPAR. Está-se a desenhar um quadro de hipóteses que terá de ser equacionado, estamos a falar de números muito preocupantes, não em termos de custo, são necessários vinte e não sei quantos helicópteros, seiscentos e não sei quantos jornalistas, prevê-se, na primeira prova, cerca de duzentos e cinquenta mil espectadores, são coisas que assustam, mas a organização está preparada para responder a este tipo de coisas. A Tapada era uma coisa extraordinária porque é um circuito fechado. Nós estamos atentos ao que se está a passar, evidentemente que isso depende da organização, aquilo que podermos fazer vamos fazer, com

entusiasmo, mas com a reserva inerente a um evento desta envergadura. Convites para a Administração Central... Senhor Botelho, sei que não acredita em tudo aquilo que eu digo, mas o que devia ter pensado primeiro era que era mentira e o Presidente da Câmara de Mafra não fazia isso. Vem aqui com uma conversa muito simpática, terão dito que..., isso é «música de solfejo», já passei essa fase. É evidente que a minha primeira preocupação foi e é trazer individualidades e comecei pelo Senhor Presidente da República, contactei o Chefe de Gabinete, ele disse logo que há via muita dificuldade do Senhor Presidente da República, tinha a agenda de Maio completamente preenchida, pediu para mandar o ofício e dois dias depois disse que era de todo impossível. A seguir, e porque quem convida o mais alto não convida os outros, o Senhor Presidente é que traria, eventualmente, o Senhor Ministro das Obras Públicas, o Senhor Secretário de Estado e essa gente toda. A seguir, convidei o Senhor Ministro das Obras Públicas, telefonei ao Chefe de Gabinete, ficou encantado com a ideia, o Senhor Ministro estava em Espanha quando telefonei, entretanto, temos insistido sistematicamente, três, quatro, cinco, seis vezes, ainda hoje se ligou para ele, e a resposta ainda não veio. Decidi avançar com a inauguração no dia cinco de Maio, independentemente da resposta. Eu compreendo perfeitamente o Senhor Presidente da República, foi dois dias depois, tem a agenda preenchida, não pode, sinceramente tenho pena. O Senhor Ministro já não entendo muito bem esta nem sim, nem não, não diz nada. Sabemos que andou a perguntar coisas ao Instituto de Estradas, como é que era, mas também nos podia perguntar como é que era. Já lá vão oito dias, dez dias. Eu resolvi oficializar o convite através do envio de ofício, disponibilizando-me para qualquer esclarecimento adicional que entendesse, mas com certeza o Senhor Ministro terá os canais perfeitamente normais para o informarem do que se está a passar. Não me compete a mim, sem resposta do Ministro, convidar o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas. Só depois do Ministro me dizer que não é que vou convidar o Senhor Secretário de Estado, não posso estar a ultrapassar ninguém. Depois, a pintura não sei realmente, havia uma senhora, não sei se ainda é viva, que era a Dona Ângela, que era a única artista autorizada por mim a fazer pinturas onde quer que fosse, nos azulejos, nas paredes, nas portas. Se foi a Dona Ângela não vou intervir, se não foi, com certeza vou saber o que se passa, não faço a mínima ideia do que se passa, não ando sempre a ver estas coisas. Depois esplanadas, não por acaso, ainda hoje estive com o Vereador Filipe Abreu, porque há um conjunto de pedidos para a Rua Eduardo Burnay, estávamos a conversar os dois e temos que redefinir a estratégia daquela rua, sob pena e risco dela perder aquela função de passeio pedonal que nós tanto prezámos que ela acontecesse. Quanto ao Senhor Branco nós vamos fazer a apresentação daqui a pouco e pedi aos meus dois colaboradores da FLOREST que vos dessem algumas informações. Entretanto, devo dizer que os Sapadores Florestais andam a fazer a limpeza dos caminhos, mesmo quando os proprietários não deixam intervir dentro das propriedades. Têm acontecido algumas dificuldades. Perguntou o Senhor Raposo pela Lagoa, entre outras, portanto, a Escola Secundária da Venda do Pinheiro está em execução, os projectos estão avançados em termos de execução, é-me dito pelas empresas que tanto a da Lagoa como a da Venda do Pinheiro entrarão em funcionamento este ano, em Setembro. Eu sei que o projecto estava já ser tratado convenientemente em estaleiro, que não na obra, há um conjunto de tarefas que foram entretanto realizadas. Eles estão a trabalhar sábados e domingos o dia todo, porque têm assumido com o Ministério porque há que redistribuir os encaminhamentos pedagógicos das áreas, quais são as freguesias que vão drenar. Eles têm compromissos assumidos com o Ministério da Educação, as escolas vão funcionar independentemente dos professores, mas as outras escolas têm que saber com que alunos é que contam. Relativamente à da Encarnação, ainda não há um acordo, disponibilidade por parte da proposta do proprietário com eles, ainda não tenho grandes novidades. A EB1 da Malveira e da Venda do Pinheiro vão estar prontas este ano lectivo, em Setembro deste ano." -----

-- O Senhor José Botelho acrescentou que "é evidente que eu prefiro que o Senhor

Presidente esteja bem disposto, de bom humor, do que noutras circunstâncias em que às vezes apresenta um ar mais pesado, numa atitude bem menos simpática, mas é evidente que as perguntas que eu fiz surgem na sequência de algumas conversas que houve comigo, são pedidos de esclarecimento no sentido apenas de encontrar a verdade, a resposta certa. Não sei porque é que o Senhor Presidente diz que eu não acredito em si, não sei se isso advém de algum peso na consciência, ou não, mas o que é facto é que eu nunca lhe disse em que grau eu acredito ou deixo de acreditar e, portanto, à partida, e até prova em contrário, temos que presumir uns dos outros que estamos a actuar de boa fé e é isso que eu procuro sempre fazer." -----

-- Não havendo mais inscrições para o período antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação um voto de saudação apresentado pelo Senhor Ismael Gonçalves e pelo Senhor Botelho, um voto de pesar apresentado pelo Senhor Miguel Ângelo, uma moção sobre o vinte e cinco de Abril e uma moção sobre as questões da saúde. Em virtude de ainda não ter sido lido o voto de saudação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à sua leitura, tendo este sido aprovado por unanimidade. Em relação ao voto de pesar, este foi aprovado por unanimidade. A moção sobre o vinte e cinco de Abril foi aprovada por unanimidade, tendo para a moção relativa às questões de saúde saído dois deputados, o Senhor José João e o Senhor Miguel Ângelo. Terminado o período antes da Ordem do Dia, iniciou-se o período da Ordem do Dia com a apresentação do primeiro ponto relativo às informações do Senhor Presidente sobre a actividade municipal e situação financeira. -----

-- O Senhor António Milhano apresentou o documento que se anexa a esta acta com a designação de **ANEXO SEIS**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara disse "eu não sei se tem cabimento dar resposta às questões levantadas, dado que o que está em causa é a análise daquilo que foi feito. De qualquer forma dir-lhe-ei, e não estou a responder em nome da SIMTEJO, já expliquei aqui em tempo e posso anunciar que alguns projectos, nomeadamente o do Gradil com a estação de elevamento, o de Carvalhal, em Cheleiros, os projectos estão lançados a concurso, são pequenas obras. Neste momento a SIMTEJO luta por um problema que é a falta de dinheiro. Lisboa andou a «bater com o remo na água», voltou a questionar da oportunidade da construção da SIMTEJO, e temos andado para aqui para trás e para a frente. Esperamos ansiosamente. Chegámos a ver na última reunião que não havia quase dinheiro para os salários, a situação é altamente grave. Esta situação de mudança de Governo pode trazer alguma «luz no fundo do túnel», porque foi o Senhor Engenheiro Sócrates, enquanto Ministro do Ambiente, que «obrigou» à constituição da SIMTEJO e, portanto, digamos que é um «filho» dele, pena que ele não tenha crescido e agora já estivesse na universidade. Recordo que uma vez o Engenheiro Sócrates convocou todos os presidentes de Câmara que estavam ligados à SIMTEJO, o único que faltou foi o João Soares. Quando foi questionado pela minha colega de Vila Franca de Xira, salvo erro, o Ministro disse que depois falava com ele. Lisboa tem a mania que está acima dos outros municípios. Neste momento, a dívida de Lisboa à SIMTEJO é qualquer coisa como quatro milhões de contos. Acoplado a esta dívida há também Loures e Amadora, se bem que Amadora não tenha dívidas porque está interligada com Lisboa. A SIMTEJO não é a mesma com Lisboa sem Lisboa, a SIMTEJO funciona sem Lisboa, só que o custo de tratamento de metro cúbico de água é muito maior porque Lisboa tem um caudal enorme. Ainda há dias vinha no jornal que Lisboa ia fazer o arranjo do caneiro de Alcântara não sei para onde. É uma guerra polémica, o caneiro de Alcântara é um caneiro de águas pluviais que abusivamente, ao longo dos tempos, foram introduzidos saneamentos lá dentro. Ninguém chateia a Câmara de Lisboa porque a água de Algés está completamente poluída. O problema não se chama só Trancão, ali no Terreiro do Paço, maré vazia e é ver aquilo tudo a boiar por ali fora até Algés. Há aqui problemas de fundo. A mudança no Governo implica rotação nas empresas públicas, nomeadamente na ADP que representa na SIMTEJO o capital maioritário.

Nós estamos em dia, Loures não está, agora, porque as dívidas são grandes, a transferência deste dinheiro obriga a uma consulta do Tribunal de Contas, para eles. A SIMTEJO deve já cinco milhões de contos à banca, contraiu empréstimos para realizar obras e para fazer projectos. Há atrasos de seis meses no pagamento de empreiteiros. É evidente que isto envolve-nos, nós acreditámos porque fomos forçados a entrar, e quando digo forçados é porque de início tive alguma relutância, mas depois entendi que daí haveria algumas vantagens se o processo fosse consequente, não foi. Pergunta-se «então e agora como é?», nós neste momento temos um conjunto de projectos e de aquisições de terrenos, tudo isso está tratado da nossa parte, a SIMTEJO tem que fazer a parte deles, se isso acontecer dentro de cerca de um mês as coisas vão ficar clarificadas. Se Lisboa não quiser de todo entrar, não sei se neste momento Lisboa tem força para dizer que não quer entrar, ainda por cima Lisboa está a viver de duodécimos, portanto, o orçamento de Lisboa não foi aprovado, tudo isto está a favor deles e contra a própria SIMTEJO. Bem, a situação é deveras embaraçosa para a própria Administração, começa a ficar desesperada porque não há «luz verde». Eu contesto esses dados estatísticos do INE, relativamente aos dados do Concelho, se nós virmos no caudal, em metros cúbicos de água tratada pela SIMTEJO, muito pior está Vila Franca de Xira, a primeira estação que está a ser feita é agora em Alverca, não tinham nenhuma estação de tratamento. Tenho que acreditar que ao chegar ao conhecimento do Senhor Primeiro Ministro, se é que tem necessidade de lá chegar, que esta situação que foi criada por ele com certeza que ele vai arranjar mecanismos para a resolver. É evidente que Lisboa tem autonomia suficiente para dizer que não quer entrar, nisto parece-me que a CDU se encontra de acordo. Aqui há um problema nacional, todos estes projectos são candidatos aos fundos de coesão, ao terceiro quadro comunitário de apoio, têm até dois mil e seis para acabar. Neste momento, temos consciência que, face ao atraso e morosidade destas situações, já é de todo impossível cumprir as metas do terceiro quadro comunitário de apoio, em termos de realização da obra. As obras de Mafra, no contexto nacional, até não são tão grandes quanto isso, há obras maiores a fazer e a desenvolver, só que até agora nada." -----

-- Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto com o número dois relativo à designação de um membro desta Assembleia para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Mafra, em virtude do falecimento de António Marques. -----

-- O Senhor Miguel Ângelo apresentou à Assembleia a proposta que se junta a esta acta com a designação de **ANEXO SETE**. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação através de voto secreto, tendo sido eleito o deputado municipal Luís Miguel Leitão, com vinte e dois votos a favor e nove brancos. Passou-se ao ponto número três relativo ao Manual de Boas Práticas Florestais do Concelho de Mafra. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou "como sabem, existe uma Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios que tem funcionado e é composta por mim, pelos Comandantes da Escola Prática de Infantaria e do CMEFD, Comandante da GNR, representante dos Presidentes da Junta, os Bombeiros, Protecção Civil, agricultores e um gabinete que assessoria esta situação, que é a FLOREST, porque são matérias muito específicas. Este Manual de Boas Práticas é o primeiro documento, da iniciativa deles e aceite por nós, é um conjunto de regras bem intencionadas sob a forma como nós podemos e devemos cuidar do espaço florestal. Aquilo que nós temos no território municipal é um conjunto anárquico, com algumas excepções, mas que o resto são silvados, são árvores de crescimento espontâneo. A floresta pode e deve ser entendida como um potencial interessante, em termos económicos, se houver regras, se houver disciplina, se houver consciencialização, por parte dos senhores agricultores e produtores florestais, de que em qualquer parcela, que não utilizada em outros campos da agricultura, pode ser feita, desde que devidamente acompanhada e com regras, a plantação de variadas árvores. Portanto, este Manual de Boas Práticas vai ser, depois do vosso

parecer, apresentado aos senhores Presidentes da Junta. Vamos fazer várias reuniões com agricultores, sensibilizá-los que existe um livro interessante de cabeceira. Há um conjunto de regras que, se lerem, lhes facilita o trabalho. Estes senhores da FLOREST vão fazer uma apresentação sucinta sobre esta matéria." ----

-- Representado a FLOREST, o Senhor Engenheiro Miguel Guisado, director técnico, fez a apresentação do Manual de Boas Práticas Florestais, referindo que "este pretende ser um instrumento de carácter informativo para auxílio da instalação e exploração florestal sustentável, dirigindo-se, essencialmente aos proprietários, produtores florestais e outros intervenientes relacionados com a exploração florestal do Município. A utilização do Manual deve ser complementada pelo adequado aconselhamento, através de consulta ao Gabinete Técnico Florestal de Mafra, sob a responsabilidade da FLOREST. O presente código define, de forma generalizada, os aspectos mais relevantes para a instalação, beneficiação e gestão de povoamentos florestais, devendo ser actualizado e complementado de acordo com as necessidades do Município, sempre que tal se justifique e atendendo à legislação em vigor. Estamos frente a um documento aberto, tem que ser sujeito a actualizações constantes, as técnicas florestais também evoluem, antigamente arrancávamos cepos de eucaliptos com giratórias, hoje utilizamos enchós, utilizamos arrancadores que estilham no local, reduzindo riscos de erosão, reduzindo todos os problemas com impacte ambiental. Em relação ao documento, ele é apoiado por um quadro de rápida consulta, onde constam as características ecológicas-culturais das principais espécies florestais de interesse para o Concelho de Mafra. Houve um levantamento elaborado com algum cuidado, baseado na experiência da FLOREST que, apesar de ser curta, é apoiada pelo associativismo agrícola, nomeadamente a Associação de Agricultores, a CAP, e outras associações que já existiam com alguma experiência, retirando informação sobre as principais espécies que se adequam ao Concelho não só, evidentemente, o eucalipto, mas outras espécies que possibilitam o uso múltiplo florestal que é realmente o futuro. Foram dados aqui alguns exemplos, quando se falou no todo-o-terreno, que podem ser associados à floresta. Numa região de minifúndio como a nossa, evidentemente não podemos encarar a floresta só sob o ponto de vista produtivo, porque muitas vezes resume-se só ao pinheiro bravo e ao próprio eucalipto, as outras espécies de lento crescimento, talvez aquelas que causem maior impacto visual e aceitação por parte da comunidade são as espécies que tem que ser associadas a outras actividades de lazer, ao turismo, aos tais passeios que podem ser feitos dentro da Tapada, ao turismo ecológico, tudo isso é realmente extremamente importante. Neste código nós pretendemos, de uma forma sucinta, dar um aconselhamento àqueles que querem instalar ou melhorar a própria floresta, porque até agora as pessoas tinham dúvidas, tudo isso tem que ser aqui especificado, acompanhado das tais espécies que têm interesse, para lá do eucalipto. A biomassa, por exemplo, começa no próprio aproveitamento dos cepos dos eucaliptos para a produção de energias alternativas. Certamente que caminharemos para aí, evidentemente que as coisas demoram algum tempo a serem atingidas, não basta haver vontade do Município, da própria Associação, os proprietários também têm que estar connosco, é muito difícil as mentalidades mudarem de um dia para o outro e depois há sempre a carga burocrática, que é grande, do próprio Ministério, em que as coisas se atrasam e, por vezes, demoram algum tempo a serem implementadas. Esperemos que todos façam deste documento um trabalho de fácil acesso, uma floresta sustentável, que consiga trazer mais valias e antecipando-as num curto prazo." -----

-- O Senhor Américo Peralta referiu que "ao tomar conhecimento deste documento, surge imediatamente uma pergunta que tem a ver com a filosofia que está por trás do próprio documento, evidentemente que fazer este tipo de documento, por parte da Câmara, é positiva, agora é preciso que quando se escolhe uma série de árvores, como aquelas que vêm mencionadas aqui, se está a pensar naquilo que será benéfico em termos de Concelho, independentemente do terreno ser de A ou B ou ser municipal, ou está-se também a ter em conta a rentabilidade do mesmo

terreno? São questões importantes, porque uma coisa é darmos indicação de que aquilo será interessante, mas outra coisa também é saber se nesse terreno existe alguma rentabilidade, ou não, com indicação de árvores A ou B. Portanto, gostava de ouvir aqui alguma coisa relativamente a esta matéria."-----

-- O Senhor Miguel Ângelo comentou este ponto através da intervenção que se anexa a esta acta com a designação de **ANEXO OITO**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "é evidente que associado à prevenção temos que associar a rentabilidade, sob o risco de não mobilizarmos ninguém para, é muito bonito prevenir e por isso eles serão aconselhados, não é aquilo que mais convém ao aspecto visual, é aquilo que o terreno pode e permite que seja utilizado. Serão feitos ensaios, análises, intervenções ao próprio solo, será sugerido uma ou duas espécies. Posso dizer que uma tonelada de nogueira negra é vendida hoje, após o corte, a quatrocentos contos. É evidente que a nogueira negra demora vinte anos, mas lembrando Luís XIV que plantou o célebre carvalho francês e que ainda hoje estamos a gozar disso, lembrando Dom Diniz que plantou o pinhal de Leiria, isto é um investimento de médio e longo prazo, não é como o eucalipto que, ao fim de sete anos, dá um corte, mas depois também seca completamente. Portanto, todas essas normas e regras, isto é um projecto científico, vão ser acauteladas de forma a mobilizar a atenção do produtor florestal para que a prevenção aconteça. Temos um terreno na Enxara do Bispo que vai ser o primeiro ensaio, é do domínio privado da Câmara e iremos entregar para dar o primeiro exemplo. Também no lado de Torres vai acontecer, portanto, a Serra do Socorro, dentro de alguns anos, poderá ter um aspecto completamente diferente daquele de hoje e que bem precisa." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "gostaria de interpretar uma deliberação comum, um apoio desta Assembleia à actividade que a Câmara irá desenvolver. Alguém vê inconveniente a esta iniciativa?" -----

-- Este ponto foi aprovado por unanimidade de todos os presentes. Passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, relativo aos documentos de prestação de contas do ano de dois mil e três. -----

-- A Senhora Directora do Departamento Financeiro e de Planeamento, Doutora Ana Martins, referiu que "os documentos em apreciação referem-se à prestação de contas de dois mil e três e aprovados por esta digníssima Assembleia Municipal em Abril de dois mil e quatro, o que se propõe é a rectificação do balanço do mapa de contas de ordem em que se detectaram irregularidades no preenchimento dos mesmos mapas. Estas irregularidades devem-se por deficiente parametrização da aplicação informática utilizada. Como devem ter observado nos documentos que foram entregues, relativamente ao balanço, o que está em causa é um valor que se refere a provisões e, por esse lapso mesmo, em vez de estar no seguimento da conta vinte e um oitenta, que é clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, estava numa conta de vinte e um três que é de utentes, logo aqui esta alteração a ser efectuada. Não há qualquer alteração no valor global do balanço, nem do activo, nem do passivo, simplesmente, há uma permuta de valor em relação à célula onde está inscrito este valor de sete mil euros e três centimos. Relativamente às contas de ordem, este mapa encontrava-se com falta de informação, a informação não foi preenchida neste mapa, se verificarmos o documento entregue e aprovado em dois mil e três, que no caderno entregue o ano passado, faz agora precisamente um ano, consta na página sessenta e quatro da prestação de contas, estava inscrito apenas as garantias e caucões prestadas durante o ano de dois mil e três, do lado do débito, e do lado do crédito apenas estava o saldo para a gerência seguinte. O que falta preencher neste mapa é o saldo da gerência anterior, ou seja, o saldo da gerência de dois mil e dois a dois mil e três, e ainda as garantias que foram devolvidas durante o ano de dois mil e três. Com o preenchimento destes valores fica este mapa completo, ficando, desta forma, regular. Não há qualquer influência nos valores apresentados, no resultado líquido, no balanço, não há qualquer valor que seja alterado, simplesmente não estava aqui a informação espelhada." -----

-- O Senhor José Botelho disse que "venho aqui fazer sobressair um aspecto, a informação que a Senhora Directora de Departamento fez para a Câmara apreciar este aspecto, é perfeitamente elucidativo quanto à situação que aqui acabou também por nos expor. Parece-me que por isso que talvez não fosse necessário que tivesse que ser a Senhora Directora de Departamento aqui a fazer este tipo de explicação. No fim de contas como que para justificar perante a Assembleia os lapsos que existiram na elaboração daquele mapa. Neste aspecto, julgo que isso era perfeitamente dispensável, podia ser perfeitamente apresentado pela Câmara à semelhança do que acontece quando são apresentadas as contas. Isto entronca num outro aspecto, com sequência no ponto anterior, em que duas pessoas estranhas à Assembleia também vieram fazer aqui a sua exposição, o que a meu ver só deveria ter acontecido se a própria Assembleia tivesse dado aprovação para o efeito. É evidente que não estou contra o facto de terem vindo dar as explicações que deram, acho que a intervenção foi útil, acho que é um critério que pode prosseguir sem qualquer relutância, da minha parte porque pode enriquecer a apreciação das matérias que estão em discussão, mas penso que o mínimo de deferência era saber o que esta Assembleia pensava sobre isto." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que "já foi prática anterior a intervenção de outras pessoas, explicitando os pontos em discussão, por várias vezes, foi prática positiva como referiu. Que a Assembleia releve o facto de não ter solicitado explicitamente como manda o regimento, espero que da próxima vez o faça como o Senhor Botelho, muito bem, o fez notar." Não havendo mais intervenções, passou-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por unanimidade. Passou-se ao ponto seguinte sobre a prestação de contas do ano económico do ano de dois mil e quatro. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que "existem alguns mapas em que o sistema não permite, porque tem uma parametrização, que erroneamente indica como dotação para, por exemplo, os subsídios às Juntas de Freguesia ou dotações que houve negociáveis com a Administração Central e que o mapa indica um valor comum. Este assunto já foi debatido com a própria Direcção Geral que tutela as contas que as Câmaras Municipais têm que apresentar. Seguramente no próximo ano isto vai ser resolvido, o que é facto é que todas as autarquias que utilizaram este software tiveram o mesmo problema e só deram por isso agora no final do mês de Abril, não havendo possibilidade em tempo útil de corrigir esta situação." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "entendi que a Senhora Directora devia cá vir, pelo devido respeito que tenho pela digníssima Assembleia, porque daí podiam suscitar algumas questões de ordem técnica para as quais não estaria, certamente, tão avalizado quanto a senhora. Como entendo que «dar a mão à palmatória» não faz mal a ninguém, entendo também que os documentos distribuídos estão suficientemente claros para que adite ou acrescente qualquer esclarecimento aos mesmos, portanto, nada tenho a dizer sobre eles." -----

-- O Senhor António Branco acrescentou a informação que se anexa a esta acta com a designação de **ANEXO NOVE**. -----

-- O Senhor Miguel Ângelo acrescentou, ainda, a informação que se anexa a esta acta com a designação de **ANEXO DEZ**. -----

-- O Senhor Américo Peralta referiu que "permitam-me que faça aqui referência a dois ou três elementos de satisfação, quando olho para este balanço, de uma forma perfeitamente independente, tenho que chegar à conclusão que de facto é bastante satisfatório. Num ano como este, que não é também único, difícil, atingir receitas deste valor é um elemento que nos satisfaz. Por outro lado, se verificarmos a parte das despesas é também com satisfação que se vê o volume de obra e de outras despesas que foram suportadas por esta verba. Paralelamente a isso, nota-se que o imobilizado aumentou, as dívidas não aumentaram. O facto do resultado líquido ter baixado alguma coisa também está perfeitamente justificado com as amortizações. Portanto, quem olhar para um balanço destes, não pode ter outro comentário que não seja o de satisfação e de parabéns para quem, ao longo do ano, contribuiu

para que ele atingisse estes valores." -----

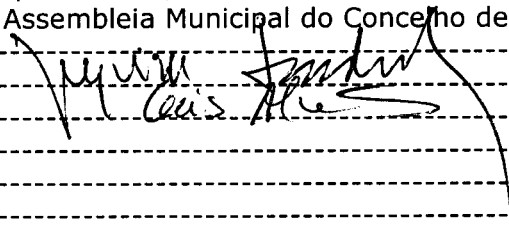
-- Não havendo mais pedidos de inscrição, o Presidente da Assembleia Municipal passou à votação. O ponto foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor, dezanove do PSD, um independente e um do PS, e nove abstenções, oito do PS e uma da CDU. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que "no dia cinco de Maio, no dia da inauguração, estará um autocarro que partirá às dezasseis e trinta do estacionamento dos Paços do Município, porque se prevê alguma confusão no estacionamento dos veículos. Os elementos da Assembleia que não quiserem correr esse risco podem deixar o carro lá em baixo, onde haverá um autocarro que partirá, impreterivelmente, às dezasseis e trinta, não espera nem mais um minuto. Depois haverá também uma visita à estrada toda de autocarro." -----

-- Entrou-se de seguida no período destinado às intervenções do público, não se verificando nenhuma inscrição. O Presidente da Assembleia Municipal deu por finalizada a sessão quando passavam quarenta e oito minutos das vinte e três horas do dia vinte e oito de Abril de dois mil e cinco. -----

-- Verificada a lista de presenças houve registo das seguintes ausências nesta sessão: António Francisco Machado; Daniel Duarte Marchante; Domingos Janota, João Gaito; Mário Acúrcio Vicente e Nuno Sardinha. Foram apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: José Eduardo Nogueira Simões; Luís Paulo Tenente e Paulo Jorge da Conceição Ricardo. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----





GRUPO MUNICIPAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

VOTO DE Pesar

O exercício das funções de autarca decorre da livre escolha dos nossos concidadãos num acto máximo da nossa democracia – as eleições livres.

Quando somos convidados a integrar listas para os órgãos autárquicos, todos nós aceitamos com o objectivo de melhor servir o nosso Concelho, defendendo os interesses dos munícipes, mesmo que para isso, por vezes, releguemos as nossas famílias para um segundo plano, por forma a participarmos em actividades inerentes ao cargo assumido.

Se estas são considerações genéricas, permitam-me que hoje cite o nome do **António José Pinto Marques**, ex-membro desta Assembleia, como exemplo para tudo o que referi.

O **António Marques**, aceitou o desafio de ser membro desta “Casa”, com o espírito de servir a causa pública com empenho, entusiasmo e responsabilidade.

O seu querer, a sua força de vontade, levou-o a participar em reuniões/seminários enquanto membro da Comissão Municipal de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho, quando a sua saúde já não o aconselhava.

Será sempre com saudade que recordaremos a sua última presença nesta sala, demonstrando a sua força num combate desigual com a doença que o levou, servindo de exemplo para aqueles que, por vezes, procuram em pequenas coisas, a justificação para ausências à Assembleia.

Perante estas considerações o Grupo Municipal do PPD/PSD, na Assembleia Municipal de Mafra, submete à votação da Digníssima Assembleia a seguinte moção:

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida a 28 de Abril de 2005, vem por este meio expressar à Esposa, Filhos e Familiares do Deputado Municipal António Marques, o nosso profundo pesar pela perda do seu ente querido, sendo certo que este nunca será por nós esquecido como exemplo de vida e de autarca.

Por nos ter dado o privilégio da Sua amizade e participação nos trabalhos desta Assembleia,

Pelo Seu empenhamento em prol do Concelho de Mafra,

O Nosso Obrigado ao António Marques ...

Assembleia Municipal de Mafra, 28 de Abril de 2005

**O Coordenador
Do Grupo Municipal do PPD/PSD**

(Miguel Ângelo da Silva Correia)

Assinado
por unanimidade
24/04/01
[assinatura]

Voto de Saudação

Celebrou-se o 31.º aniversário do 25 de Abril, esse dia libertador que pôs termo a 48 anos de opressão político-social, de medo e de isolamento internacional.

O movimento libertador, iniciado nesse dia, lançou os fundamentos dum Estado Democrático Moderno e abriu o caminho para a transformação do País numa sociedade mais livre, mais justa e mais solidária.

De lá para cá aperfeiçoaram-se as leis, as instituições democráticas consolidaram-se, Portugal abriu-se à Europa e ao Mundo, modificaram-se as condições de vida dos cidadãos.

O exercício responsável do Poder Autárquico, nascido de Abril, com o seu dinamismo próprio, a sua energia criativa e a sua generosidade, vem transfigurando a paisagem urbana e sócio-cultural de aldeias, vilas, cidades e regiões.

Saudamos, pois, o 25 de Abril e todas as conquistas de vida melhor que o povo português vem alcançando desde essa data memorável.

Formulamos, por fim, um voto: cumpra-se o espírito libertador e transformador de Abril e cumprir-se-á Portugal.

Os deputados eleitos pela lista do PS:

[assinatura]
[assinatura]



GRUPO MUNICIPAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

*Apresentado por
unanimidade
28/04/01*

Todos os momentos da revolução de Abril têm sido lembrados e enfocados em diversas ocasiões, levando a que exista, sobretudo, uma transmissão inter-geracional dos factos que marcaram a história portuguesa.

31 anos passaram dessa data de viragem.

Porém, 30 anos passaram daquele que muitos apelidam de acto fundador da democracia: no dia 25 de Abril de 1975 realizaram-se as eleições da Assembleia Constituinte, o primeiro acto eleitoral livre e universal da história de Portugal, aberto a todos os cidadãos maiores de 18 anos, independentemente do seu estatuto social, educação ou sexo.

Das proclamações difundidas no próprio dia 25 de Abril de 1974 e do Programa do Movimento das Forças Armadas logo constou o anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, duma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, directo e secreto.

A instabilidade político-social manteve-se, tendo sido posta em risco a realização das eleições para a Assembleia Constituinte: os acontecimentos de 11 de Março – o Golpe falhado do General Spínola – a criação do Conselho da Revolução e as medidas do Governo Provisório de Vasco Gonçalves, mormente a nacionalizações várias e expropriações de latifúndios, levaram a que existissem facções que temiam que a via socialista de pendor colectivizante e sob a égide militar que estava a ser implementado, ficasse em risco com a realização das eleições livres.

Surge por isso a primeira plataforma de acordo constitucional entre o M.F.A. e os partidos mais representativos, que impunha a obrigatoriedade de a constituição consagrar os princípios do M.F.A. e uma via tendencialmente socialista.

Apesar do apelo do voto em branco como voto de confiança no M.F.A. e do dia cinzento e frio, a 25 de Abril de 1975 os portugueses saíram à rua para votar, tendo a participação dos eleitores ascendido a 91,66%.

Elegeram-se 250 deputados, de 6 partidos diferentes, que tinham a suprema tarefa de elaborar e aprovar uma Constituição.

Três circunstâncias particulares viriam a assinalar o processo que se desenrolou até à constituição de 1976:

1. A turbulência dos dois anos entre a revolução e a constituição, derivada a condicionalismos de vária ordem;
2. A celebração de duas plataformas de acordo constitucional entre os principais partidos e o M.F.A. para determinar alguns pontos da lei fundamental;
3. O pluralismo partidário que brotou no país e que se manifestou na Assembleia Constituinte, sem que houvesse maioria de qualquer partido ou coligação e tendo cada um dos seis partidos aí com assento apresentado o seu próprio projecto da constituição.



GRUPO MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

Como o diz o Professor Jorge Miranda, a quem na gíria política e académica chamam o "Pai da Constituição de 1976", *"dessas circunstâncias resultariam uma Constituição elaborada muito sobre o acontecimento, simultaneamente sofrendo o seu influxo e reagindo e agindo sobre o ambiente político e social; a limitação (...) do debate e da decisão efectiva da Assembleia Constituinte; o confronto ideológico em que esta se moveu, e a índole do texto finalmente votado – um compromisso, apesar de todas as vicissitudes, baseado no princípio democrático"*.

Em virtude do teor de tudo o que foi exposto, submeto a esta Assembleia a seguinte:

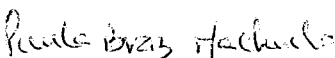
Moção

A Assembleia Municipal de Mafra congratula-se pelo 30º aniversário da Eleição da Assembleia Constituinte, por ter sido o primeiro acto eleitoral livre e universal da história portuguesa e por aí se ter iniciado o processo de discussão, elaboração e votação da Constituição da República Portuguesa de 1976.

Sem descurar o significado histórico da revolução de Abril, nem os seus valores, as eleições de 25 de Abril de 1975 representaram o acto fundador da democracia, pois os cidadãos portugueses puderam expressar a sua vontade pela forma mais característica dum sistema democrático: o voto universal e secreto.

Assembleia Municipal de Mafra, 28 de Abril de 2005

A Deputada
Do Grupo Municipal do PPD/PSD


(Paula Braz Machado)



Luís António Duarte Ribeiro Alves
DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA
MEMBRO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

*Apresenta in
unanimidade
27/04/05*



No passado dia 05 de Abril, decorreu por minha iniciativa, enquanto representante desta Assembleia na Comissão Municipal de Saúde, uma visita às instalações das extensões do Centro de Saúde de Mafra, sitas na Malveira e na Venda do Pinheiro.

Participaram ainda nesta visita, os Srs. Dr. Joaquim Sardinha (Presidente da Assembleia Municipal), Ernesto Ramalheiro (Presidente da Junta de Freguesia da Malveira), Vitor Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia da Venda do Pinheiro), Carlos Esteves (Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão das Galés), Luís Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia do Gradil), Miguel Correia (Deputado Municipal e líder do Grupo Municipal do PPD/PSD) e José Botelho (Deputado Municipal e líder do Grupo Municipal do PS).

A visita foi conduzida pelo Sr. Dr. Henrique Santos, Director do Centro de Saúde de Mafra, no seguimento da sua disponibilidade para esclarecer dúvidas, desta Assembleia, sobre questões relativas ao funcionamento e instalações do Centro de Saúde.

Constatações ao nível das instalações:

- **Extensão da Malveira:**

- Registe-se o facto de serem instalações adaptadas para o efeito, possuindo espaços exíguos (corredores estreitos, gabinetes pequenos e zona administrativa pouco funcional), dificultando as acessibilidades dos utentes e não permitindo, em alguns casos, a total confidencialidade do acto médico.
- A sua localização apresenta sinais evidentes de conflito, ao nível da circulação e estacionamento de viaturas dos utentes que pretendam usufruir dos serviços, com as maiores dificuldades a surgirem em dias de Feira.

- **Extensão da Venda do Pinheiro:**

- Nestas instalações fomos confrontados com a visível degradação do edifício (precisa de uma significativa intervenção nas paredes e tectos, sistema eléctrico e canalizações) e da necessidade de ampliar a zona de espera dos utentes e sector administrativo. A dificuldade em executar estas "reparações" prende-se, acima de tudo, com a indefinição existente quanto ao legítimo proprietário do edifício e das suas competências/responsabilidades na conservação do mesmo.

Ao nível dos recursos humanos, fomos informados pelo Sr. Dr. Henrique Santos da existência de 1.100 doentes sem médico de família na área de jurisdição destas duas extensões (freguesias da Malveira, Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés), existindo no entanto médicos com mais de 2.100 doentes atribuídos, quando a recomendação do Serviço Nacional de Saúde aponta para os 1.500 doentes por médico, como sendo o número ideal.

Ficou ainda a ideia, partilhada por todos, de que a construção de uma unidade conjunta para as duas extensões permitirá uma melhor rentabilização de recursos humanos e materiais, beneficiando em muito os serviços de saúde a prestar a estas populações.



Luís António Duarte Ribeiro Alves
DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA
MEMBRO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dos dados fornecidos pelo Sr. Dr. Henrique Santos convém ainda salientar que:

- Existem 62.057 utentes inscritos no C. S. Mafra, sendo que 7.500 utentes não têm médico de família atribuído;
- 16 dos 28 médicos têm mais de 1.900 doentes;
- No primeiro trimestre de 2005 inscreveram-se cerca de 1.000 novos utentes.

No entender do Sr. Dr. Henrique Santos, para que de imediato todos os utentes inscritos tenham médico de família e para responder ao crescimento do número de utentes que se tem verificado, é necessário dotar o quadro do Centro de Saúde de Mafra de mais 4 médicos.

Perante estas considerações, submeto à votação da Digníssima Assembleia a seguinte moção:

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida a 28 de Abril de 2005, vem por este meio manifestar ao Ministério da Saúde, a sua profunda apreensão pelas deficientes condições físicas (instalações exíguas e degradadas) e pela falta de recursos humanos (médicos) evidenciadas nas extensões da Malveira e da Venda do Pinheiro, do Centro de Saúde de Mafra.

É também com preocupação, que num concelho em desenvolvimento, com novas acessibilidades que originam atractivos para a fixação de novos habitantes, constatamos a existência de 7.500 utentes sem médico de família e muitos médicos com mais de 2.000 utentes nos seus ficheiros.

Por forma a resolver estes problemas, a Assembleia Municipal de Mafra solicita um rápido desfecho para os processos existentes na A.R.S.-LVT que prevêem a construção de novas instalações para o C.S. Mafra, cuja forma de financiamento e terrenos já mereceram parecer favorável dos técnicos do Ministério da Saúde.

A Assembleia Municipal de Mafra pretende, desta forma, alertar para a necessidade de colocação imediata de novos médicos de família no C.S. Mafra, para evitar que os doentes sem médico de família tenham que recorrer ao Serviço de Atendimento Permanente em Mafra, contribuindo assim para o seu "congestionamento".

Por último, recordar que durante a época balnear se regista um forte aumento populacional no concelho de Mafra, pelo que urge tomar as medidas apresentadas e que tem sido esquecidas pelos anteriores executivos da administração central, apesar dos esforços desenvolvidos, localmente, para resolver as questões ligadas ao sector da Saúde.

Assembleia Municipal de Mafra, 28 de Abril de 2005

O Deputado Municipal
Do Grupo Municipal do PPD/PSD


(Luís Ribeiro Alves)



Nuno Miguel da Silva Raposo
DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

N
h



Antes da Ordem do Dia

EDUCAÇÃO

Gostaria de colocar ao executivo algumas questões relativamente ao tema da Educação:

- Pretendo saber em que ponto é que estão, a Escola Secundária da Venda do Pinheiro, a Escola EB 2+3 da Lagoa(Santo Isidoro) e a Escola Técnico-Profissional da Encarnação, já que, constatei no local que as obras estão em andamento em 2 delas, pelo que pressuponho que veio um parecer favorável do actual Ministério da Educação.
- Gostaria também de saber se, para além das escolas já mencionadas, as escolas EB 1 da Malveira e da Venda do Pinheiro estarão prontas, a tempo do arranque do próximo ano lectivo.

Assembleia Municipal de Mafra, 28 de Abril de 2005

O Deputado
Do Grupo Municipal do PPD/PSD

(Nuno Miguel da Silva Raposo)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respectiva
mesa,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exmos. Senhores Vereadores,
Digníssima Assembleia

O problema do saneamento é hoje um assunto de cada vez maior
premência, seja pela quantidade de efluentes ~~que~~ ^{de} gera, seja pelos
riscos que a ciência demonstra possuir em termos de saúde pública.
Também é do conhecimento geral, vide índices do Instituto Nacional
de Estatística, que o nosso concelho é um dos que maiores
deficiências tem no que se refere à recolha e tratamento dos
esgotos.

Não se trata portanto de vaidade ou luxo supérfluo, possuir uma
rede de esgotos que recolha e trate esses efluentes poluentes e
contaminadores, mas antes uma absoluta necessidade.

Assim sendo é com grande expectativa que acompanhamos toda a
informação que diga respeito a este assunto. Mais ainda quando se
trata de informação prestada pela Câmara – pois se trata do órgão
executivo a quem incumbe zelar pela concretização de tão
importante infra-estrutura, esteja ela sob a sua responsabilidade
directa ou indirecta - caso da SIMTEJO.

Em 28DEZ04, em jeito de resposta às questões, aqui levantadas,
sobre a informação disponibilizada no relatório/balanço do
Departamento de Obras e Urbanismo foi afirmado, pelo Sr.
Presidente da Câmara, que agora investido das suas novas funções
de Administrador da SIMTEJO, iria, pessoalmente, inteirar-se da

situação desses atrasos e diligenciar no sentido de os mesmos se concretizarem.

Assim sendo gostaríamos de saber se é já do conhecimento da Câmara, e caso afirmativo se pode divulgar o porquê dos atrasos dos projectos:

- **Subsistema da Foz do Lizandro fase II**

Contrato celebrado em 29DEZ03;

Prazo de execução: 12 semanas

O que impede a sua conclusão?

- **Estudo Prévio e Projecto Base da ETAR da Foz do Lizandro**

Contrato celebrado em 03FEV05;

Prazo de execução: 12 semanas

As tarefas já realizadas estão dentro do prazo estipulado no plano de trabalhos?

- **Projecto de Execução do Subsistema do Gradil/Caneira Nova/Caneira Velha**

Contrato celebrado em 16FEV04;

Prazo de execução: 16 semanas (mais 4 semanas do que o estipulado em Caderno de Encargos);

Porque é que o prazo de concurso foi alterado? Porque só agora foi definida a localização da ETAR? De quem é a responsabilidade pelo atraso? Hidroprojecto? SIMTEJO? CMMafra? Para quando está prevista a conclusão do projecto?

✓

- **Projecto de execução do Subsistema Frielas/Santo Estêvão das Galés/Lousa**

Contrato celebrado em 22JAN04;

Prazo de execução: 12 semanas;

O que impede a sua conclusão?

- **Estudo da erradicação das descargas da Ribeira do Casal Novo**

Versão provisória do Estudo Prévio entregue em 30JAN04;

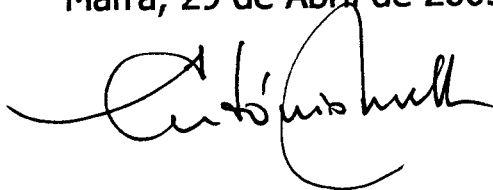
Prazo de execução: 16 semanas;

Está concluído? Se não o que impede a sua conclusão?

Que medidas foram tomadas, ou pensa tomar, a Câmara Municipal de Mafra junto da SIMTEJO no sentido de concluir os diversos projectos?

Julgamos que, apesar do diminuto valor percentual da participação do município de Mafra, no capital da SIMTEJO se deveria aproveitar a oportunidade de estarmos representados na Administração pelo Presidente da autarquia, para sensibilizar a referida empresa para a necessidade de concluir rapidamente os projectos já mencionados para que Mafra se possa orgulhar, à semelhança dos demais concelhos da AML, de estar a tratar responsavelmente dos seus efluentes.

Mafra, 29 de Abril de 2005





GRUPO MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

✓
Aprovado em
28/04/05
✓
S

PROPOSTA

O Grupo Municipal do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Mafra, de acordo com a Ordem de Trabalhos para a Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2005, vem por este meio apresentar à Digníssima Mesa o nome por nós proposto para a eleição prevista no ponto nº 2.

PONTO 2 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Mafra – Designação de Elemento:

- Proposta – *Deputado Municipal, Dr. Luís Miguel Jorge Leitão*

Assembleia Municipal de Mafra, 28 de Abril de 2005

O Coordenador
Do Grupo Municipal do PPD/PSD

(Miguel Ângelo da Silva Correia)



GRUPO MUNICIPAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

✓
4



Ordem do Dia

Ponto 3 – Manual de Boas Práticas Florestais para o Concelho de Mafra

Após o flagelo dos incêndios de 2002, todos nós apelámos para a concretização de iniciativas que evitassem aquele tipo de catástrofe.

Como medidas imediatas, e resultantes do protocolo efectuado entre a Câmara Municipal e a Florest – Associação dos Produtores Agrícolas e Florestais da Estremadura, destacaram-se:

- o Plano Orientador de Prevenção Florestal para o Concelho de Mafra;
- a Elaboração da Carta de Risco de Incêndio Municipal;
- e, a Criação de uma Brigada de Sapadores Florestais (complementar à existente na Tapada Nacional de Mafra).

Se estas foram medidas importantes, estamos em crer que este Manual, que hoje nos é apresentado, é fundamental para a prevenção de fogos florestais no nosso concelho.

Assume ainda uma importância acrescida, pelo facto de apresentar um conjunto de práticas que para além da prevenção visam a rentabilização financeira do espaço florestal, com medidas pensadas e enquadradas em programas de apoio como o RURIS, AGRO, AGRIS, ...

Julgamos ser imprescindível, para a floresta, que a sua preservação e a sua exploração seja sustentada e atraente do ponto de vista económico, para que o proprietário/produztor não opte pelo abandono das terras, face aos custos da sua manutenção, dentro dos padrões de segurança exigidos.

Ao optarmos por um código de conduta, em vez de um instrumento repressivo com coimas, estamos a propiciar uma oportunidade para inverter voluntariamente o “estado das coisas”.

É POIS COM SATISFAÇÃO, QUE O GRUPO MUNICIPAL DO PPD/PSD NESTA ASSEMBLEIA, CONGRATULA A CÂMARA MUNICIPAL E A FLOREST PELO EXCELENTE TRABALHO QUE DESENVOLVERAM.

ESPEREMOS QUE OS PROPRIETÁRIOS E OS PRODUTORES FLORESTAIS, DO CONCELHO, ENCONTREM NESTE DOCUMENTO, E NAS MEDIDAS INERENTES À SUA APLICAÇÃO, UM FORTE INCENTIVO PARA UMA BOA PRÁTICA FLORESTAL.

Assembleia Municipal de Mafra, 28 de Abril de 2005

**O Coordenador
Do Grupo Municipal do PPD/PSD**

(Miguel Ângelo da Silva Correia)

Como aspecto relevante dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2004 apresentados pela Câmara Municipal de Mafra é a quebra do resultado líquido do exercício da ordem dos 1,7 milhões de euros relativamente a 2003 (de aproximadamente 5,4 para 3,7 milhões).

Esta redução do resultado líquido resulta sobretudo da evolução das receitas: com efeito, a quebra de receitas em 2004 situou-se em 1,6 milhões de euros face ao ano anterior enquanto as despesas se situaram aproximadamente 100.000 euros acima de 2003.

A evolução das receitas resultou da redução significativa dos impostos cobrados, da ordem de 1 milhão de euros, fruto da quebra, face aos valores anteriores da contribuição autárquica, da sisa e contribuição predial, do novo Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis que veio substituir aqueles impostos em 2004.

O grau de execução das receitas situou-se em 86,5% relativamente ao programado, correspondendo a níveis de execução de 98,1% e de 71,3% conforme se trate das receitas correntes e das receitas de capital, respectivamente.

Quanto às despesas, o seu grau de execução situou-se em 86,1% relativamente ao programado, correspondendo a níveis de execução de 91,8% e de 81,8 % das despesas correntes e das despesas de capital, respectivamente.

Face aos números pode considerar-se que o nível de execução da despesa e da receita, sem ser óptimo, é aceitável.

Esmiuçando a execução das despesas contidas nas Grandes Opções do Plano de 2004 deve realçar-se que o grau de execução da grande maioria das obras e despesas é globalmente aceitável, ainda que se deva deixar aqui como notas negativas as seguintes:

- Continua o executivo municipal a não dar ~~atender~~ atenção aos principais instrumentos de planeamento e ordenamento urbanístico ao nível dos principais agregados populacionais do Concelho, pelo que os Planos de Urbanização de Mafra e da Malveira – Venda do Pinheiro e a revisão do Plano de Urbanização da Área Territorial da Ericeira continuam na estaca 0;
- Menor atenção do que a devida relativamente às obras de melhoramentos dos Edifícios escolares, sobretudo ao nível do Pré-Escolar;
- Reduzida atenção às obras de melhoramento dos cemitérios

Mas existe um aspecto que eu não posso deixar de salientar e que se prende com a “abertura” assumida pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente a propostas do

Partido Socialista, que determinaram a nossa posição quer na vereação quer na Assembleia Municipal, que depois acabou por não ser honrada na prática. Com efeito, o arranque da construção do novo edifício da Junta de Freguesia de Mafra continua a ser adiado, a elaboração dum Plano de Desenvolvimento Económico do Concelho não se iniciou, o rearranjo urbanístico da Praça da República em Mafra associado à redinamização do centro da vila é obra não contemplada em 2004.

Finalmente, gostaríamos de obter uma explicação para o elevado número de ajustes directos em 2004 (2809), contra apenas um processo de concurso público, 3 concursos limitados, 7 concursos por negociação e 53 concursos por consulta prévia verificados nos sectores do aprovisionamento e do economato.

Esta nota justifica-se pelo facto, conforme referido em processos de auditoria, dos procedimentos adoptados no passado pela Câmara Municipal de Mafra, não terem ^{em alguns casos} cumprido o que está regulamentado sobre estas matérias, sobretudo no que se refere ao recurso sistemático às práticas de fraccionamento das despesas, práticas que não gostaríamos de ver repetidas ~~em futuro~~

Mafra, 28 de Abril de 2005

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

António Branco



✓
6



Ordem do dia
Ponto 5 – Prestação de Contas do Ano Económico de 2004

A análise dos documentos por nós recebidos da Câmara estão sujeitos a dois tipos de avaliação:

- A Avaliação técnica e a Avaliação política.

- **A Avaliação Técnica:**

A elaboração do documento de prestação de contas assume-se como a transposição de milhares de documentos para um relatório final que espelha a actividade da autarquia no ano em apreço.

Sobre esta matéria, deposito a total confiança nos Serviços que elaboraram o documento, uma vez que foram eles e só eles que classificaram os documentos que aqui vêm referidos.

Mais confiante fiquei, com os Serviços, quando no ponto anterior desta ordem de trabalhos, foram eles que detectaram um erro no documento do ano passado, que passou despercebido a todos nós que o votamos, e que eles, Serviços, poderiam se ter remetido ao silêncio, uma vez que o documento foi aprovado nesta Assembleia. Em vez disso, alertaram para o sucedido e o documento veio aqui para rectificação.

Perante isto, não vou tecer mais comentários do ponto de vista técnico, uma vez que também, não serei eu a pessoa mais habilitada tecnicamente para fazer este tipo de análise.

- **A Avaliação Política:**

Ao espelhar fidedignamente a actividade municipal no ano de 2004, este documento serve de reflexão para a actividade da Câmara.

Como, desde a primeira hora, sempre defendemos, a avaliação do desempenho do mandato deverá ser feita no fim dos quatro anos, e aí seremos avaliados pelos nossos munícipes, no entanto, a prestação de contas e os orçamentos servem para avaliar se o programa inicialmente traçado tem vindo ou não a sofrer desvios.

Ao longo dos anos, fomos habituados a prestações do executivo dignas da nossa aprovação, e este ano mantém-se a salutar tradição de termos uma taxa de execução do orçamento acima dos 80%. O excelente, e consequentemente utópico, seria uma realização de 100%, mas se observarmos o panorama à nossa volta veremos que o executivo PSD, de Mafra, sai com distinção da comparação directa com outros municípios.

4/5/2
D



GRUPO MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

Se o ditado diz que *"com o mal dos outros estamos nós bem"*, não é menos verdade que nós nossos dias a competição, a comparação, está patente em todos os aspectos do quotidiano. Os jovens lutam pelas melhores notas nas escolas, nos empregos competimos pelo posto de trabalho e por promoções, as cidades competem por factores de desenvolvimento e até as regiões, os países competem entre si na economia global. Por isso, julgo ser importante clarificar que o desempenho do nosso município tem sido óptimo, e a prova deste facto é o crescente interesse de grandes grupos económicos em se associarem às obras que o município tem levado a efeito (refira-se como exemplo, a recente entrada do Banco Millenium no grupo bancário que já financia o novo troço da Auto-Estrada). É, à credibilidade da gestão do executivo PSD, liderado pelo Engº Ministro dos Santos, que se deve este interesse de instituições financeiras que não se regem por partidarismos, mas sim, por dados objectivos.

Nem tudo foi feito, nem tudo avançou nos ritmos esperados, não esquecemos as questões do saneamento, onde nós limitamos a fazer o possível, que foi a aquisição de terrenos para que as ETARS possam acontecer a breve trecho, assim a SIMTEJO disponha da capacidade financeira para as edificar (permitam-me recordar, também ao nível da questão de prestação de contas que os municípios de Lisboa, Loures e Odivelas são devedores de 50 milhões de euros à SIMTEJO, enquanto que nós temos as contas em dia).

Mas, se nem tudo ocorreu como era esperado, veja-se por exemplo a redução de receitas no que diz respeito à SISA, à Autárquica e ao I.M.I., há que salientar os resultados obtidos com a optimização de recursos humanos.

DA AVALIAÇÃO GERAL QUE FAZEMOS DO DOCUMENTO, O DESEMPENHO EM 2004 FOI CLARAMENTE POSITIVO, SERVINDO A OBRA REALIZADA PARA ESPELHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ACIMA DOS 80%.

IMPORTA AINDA REFERIR, QUE AS CORRECÇÕES ORÇAMENTAIS, REALIZADAS EM 2004, TAMBÉM CONTRIBUÍRAM PARA CONTROLAR EFICAZMENTE A TAXA DE REALIZAÇÃO APRESENTADA.

AS PEQUENAS QUESTÕES, QUE NECESSITEM DE CORRECÇÃO PARA CUMPRIRMOS OS OBJECTIVOS TRAÇADOS À 4 ANOS, SERÃO POR CERTO ALVOS DE ATENÇÃO NESTE ANO DE 2005, PELO QUE O GRUPO MUNICIPAL DO PPD/PSD NESTA ASSEMBLEIA VAI VOTAR FAVORAVELMENTE O DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO ECONÓMICO DE 2004.

Assembleia Municipal de Mafra, 28 de Abril de 2005

**O Coordenador
Do Grupo Municipal do PPD/PSD**

(Miguel Ângelo da Silva Correia)



Miguel Ângelo da Silva Correia
DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

✓
4



Antes da Ordem do Dia

- **Pedido para colocação de GUIAS SONORAS na CRIMA**, que alertem o condutor para o limite da via. Estas, ao provocarem ruído e vibração na viatura podem contribuir para evitar acidentes provocados por má visibilidade climática ou em situações de sonolência do condutor, pelo que entendo, que a sua aplicação, em especial no trajecto referido, será benéfica para todos.
- Já aqui tivemos a oportunidade de falar, nesta Assembleia, de provas de todo-o-terreno, quando da conquista do título nacional de pilotos pelo munícipe Carlos Silva.

Agora, o que está na ordem do dia, é a realização em Mafra do prólogo do Rali Transibérico, prova com que Portugal se candidata ao futuro Campeonato do Mundo de Ralis Todo-o-Terreno em 2006, representando o continente europeu, e a eventual realização do mítico Rallye Dakar com partida de Mafra.

Relativamente ao **TRANSIBÉRICO**, desejo felicitar a Câmara por ter trazido para o Concelho de Mafra, esta importante prova do desporto automóvel europeu, alargando assim o leque de oferta de eventos desportivos/turísticos no nosso concelho. Estão assim lançadas, as bases para a promoção desportiva do binómio Campo/Praia, do Concelho, a nível mundial (Campo – Transibérico / Praia – Mundial de Surf).

Pretendo, neste momento, fazer votos para que tudo corra bem, e que a Organização, do Engº José Megre, consiga o seu intento, de transformar esta prova numa das mais importantes do Mundial de 2006.

Quanto ao **DAKAR**, pretendia que o Sr. Presidente nos pudesse adiantar, um pouco mais, das conversações em curso para trazer esta prova para o Concelho, conforme notícia de primeira página do Semanário Expresso deste fim-de-semana.

Assembleia Municipal de Mafra, 28 de Abril de 2005

O Deputado
Do Grupo Municipal do PPD/PSD

(Miguel Ângelo da Silva Correia)